



Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores em R\$ mil)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de
Dezembro de 2017 e 2016.

Avenida Olinda, Qd 4, Lt 2, Torre Tower I, 14º andar, salas 1406/1412 – Park Lozandes,
CEP: 74.884-120 – Goiânia-Goiás
Fone: 0800 887 0947 www.oabprevgo.org.br
e-mail- oabprevgo@oabprevgo.org.br

Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores em R\$ mil)

I - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	nota	2017	2016	PASSIVO	nota	2017	2016
Disponível	2.1	226	307	Exigível operacional		483	545
Realizável		95.201	77.115	Gestão Previdencial	2.4.1	390	423
Gestão Previdencial	2.2.1	10	10	Gestão			
Gestão Administrativa	2.2.2	7	4	Administrativa	2.4.2	93	122
Investimentos	2.2.3	95.184	77.101	Patrimônio Social	2.6	97.015	78.970
Fundos de Investimento		95.184	77.101	Patrimônio de			
Permanente	2.3	2.071	2.093	Cobertura do Plano	2.6.1	93.810	76.113
Imobilizado		2.071	2.093	Provisões			
				Matemáticas		93.810	76.113
				Benefícios			
				Concedidos		8.602	7.811
				Benefícios a			
				conceder		85.208	68.302
				Fundos		3.205	2.857
				Fundos			
				Administrativos	2.6.2	3.205	2.857
TOTAL DO ATIVO		97.498	79.515	TOTAL DO PASSIVO		97.498	79.515

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



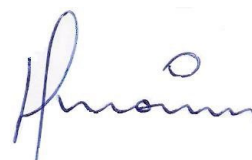
Enil Henrique de Souza Neto
Diretor Presidente
CPF: 994.819.951-00
Certificado ICSS Investimentos EI05811
Certificado ICSS ADM EA03227



Keila Cristina Eustáquio
Diretora Administrativo-Financeira
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941



Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250



João Laercio de Amorim
Contador CRC-SC 017.046-O-2
CPF 495.578.319-87

Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores em R\$ mil)

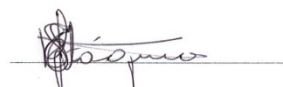
II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	2017	2016	variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	78.970	63.650	24,07%
1. Adições	26.556	22.857	16,18%
(+) Contribuições Previdenciais	15.601	10.714	45,61%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.746	9.478	-7,72%
(+) Receitas Administrativas	2.127	2.492	-14,65%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	82	173	-52,60%
2. Destinações	-8.511	-7.537	12,92%
(-) Benefícios	-6.650	-5.980	11,20%
(-) Despesas Administrativas	-1.861	-1.557	19,52%
3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)	18.045	15.320	17,79%
(+/-) Provisões Matemáticas	17.697	14.212	24,52%
(+/-) Fundos Administrativos	348	1.108	-68,59%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	97.015	78.970	22,85%

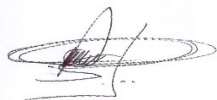
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



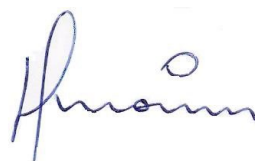
Enil Henrique de Souza Neto
Diretor Presidente
CPF: 994.819.951-00
Certificado ICSS Investimentos EI05811
Certificado ICSS ADM EA03227



Keila Cristina Eustáquio
Diretora Administrativo-Financeira
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941



Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250



João Laercio de Amorim
Contador CRC-SC 017.046-O-2
CPF 495.578.319-87

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

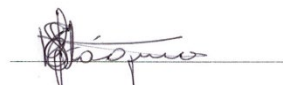
DESCRIÇÃO	2017	2016	variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	76.113	61.901	22,96%
1. Adições	24.398	20.290	20,25%
(+) Contribuições	15.652	10.812	44,75%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.746	9.478	-7,72%
2. Destinações	-6.701	-6.078	10,25%
(-) Benefícios	-6.650	-5.980	11,20%
(-) Custeio Administrativo	-51	-98	-47,96%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	17.697	14.212	24,52%
(+/-) Provisões Matemáticas	17.697	14.212	24,52%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	93.810	76.113	23,25%
C) Fundos não Previdenciais	348	1.108	-68,59%
(+/-) Fundos Administrativos	348	1.108	-68,59%

* Em 2016 a alínea C foi apresentada com o saldo da conta Fundos Administrativos. A Instrução PREVIC nº 25 determina que deve ser apresentado o movimento da referida conta. Para esta demonstração, valor foi corrigido.

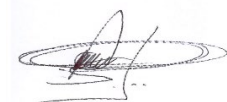
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



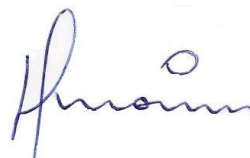
Enil Henrique de Souza Neto
Diretor Presidente
CPF: 994.819.951-00
Certificado ICSS Investimentos EI05811
Certificado ICSS ADM EA03227



Keila Cristina Eustáquio
Diretora Administrativo-Financeira
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941



Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250



João Laercio de Amorim
Contador CRC-SC 017.046-O-2
CPF 495.578.319-87

Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores em R\$ mil)

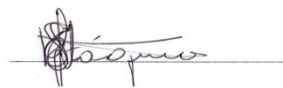
IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2017	2016	variação %
1. Ativos	97.405	79.393	22,69%
Disponível	213	307	-30,62%
Recebível	3.215	2.908	10,56%
Investimento	93.977	76.178	23,37%
Fundos de Investimento	93.977	76.178	23,37%
2. Obrigações	390	423	-7,80%
Operacional	390	423	-7,80%
3. Fundos não Previdenciais	3.205	2.857	12,18%
Fundos Administrativos	3.205	2.857	12,18%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	93.810	76.113	23,25%
Provisões Matemáticas	93.810	76.113	23,25%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



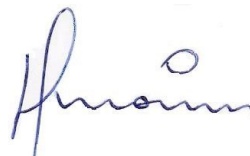
Enil Henrique de Souza Neto
Diretor Presidente
CPF: 994.819.951-00
Certificado ICSS Investimentos EI05811
Certificado ICSS ADM EA03227



Keila Cristina Eustáquio
Diretora Administrativo-Financeira
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941



Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250



João Laercio de Amorim
Contador CRC-SC 017.046-O-2
CPF 495.578.319-87

Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores em R\$ mil)

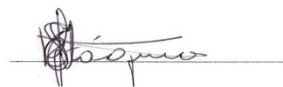
V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
(CONSOLIDADA)

DESCRIÇÃO	2017	2016	variação %
A Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.857	1.749	63,35%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.209	2.665	-17,11%
1.1. Receitas	2.209	2.665	-17,11%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	51	98	-47,96%
Custeio Administrativo dos Investimentos	335	356	-5,90%
Receitas Diretas	1.741	2.038	-14,57%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	82	173	-52,60%
-	-	-	-
2. Despesas Administrativas	1.861	1.557	19,52%
-	-	-	-
2.1. Administração Previdencial	1.848	1.557	18,69%
Pessoal e Encargos	-400	-360	11,11%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-73	-	-
Viagens e Estadias	-36	-41	-12,20%
Serviços de Terceiros	-355	-241	47,30%
Despesas Gerais	-838	-770	8,83%
Depreciações e Amortizações	-38	-16	137,50%
Tributos	-108	-129	-16,28%
2.2. Administração dos Investimentos	-13	-	-
Serviços de Terceiros	-13	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	348	1.108	-68,59%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	348	1.108	-68,59%
B Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	3.205	2.857	12,18%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



Enil Henrique de Souza Neto
Diretor Presidente
CPF: 994.819.951-00
Certificado ICSS Investimentos EI05811
Certificado ICSS ADM EA03227



Keila Cristina Eustáquio
Diretora Administrativo-Financeira
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941



Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250



João Laércio de Amorim
Contador CRC-SC 017.046-O-2
CPF 495.578.319-87

Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores em R\$ mil)

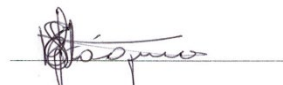
VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2017	2016	variação %
Provisões Técnicas (1+4)	94.200	76.536	23,08%
1. Provisões Matemáticas	93.810	76.113	23,25%
1.1. Benefícios Concedidos	8.602	7.811	10,13%
Contribuição Definida	8.602	7.811	10,13%
1.2. Benefícios a Conceder	85.208	68.302	24,75%
Contribuição Definida	85.208	68.302	24,75%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	85.208	68.302	24,75%
4. Exigível Operacional	390	423	-7,80%
4.1. Gestão Previdencial	390	423	-7,80%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



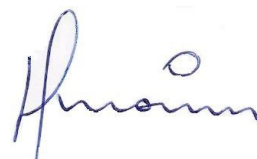
Enil Henrique de Souza Neto
Diretor Presidente
CPF: 994.819.951-00
Certificado ICSS Investimentos EI05811
Certificado ICSS ADM EA03227



Keila Cristina Eustáquio
Diretora Administrativo-Financeira
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941



Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250



João Laercio de Amorim
Contador CRC-SC 017.046-O-2
CPF 495.578.319-87

Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores em R\$ mil)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de

Dezembro de 2017 e 2016.

1. Contexto operacional

1.1. Apresentação

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás e da CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás - OABPREV- GO é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída sob a forma de sociedade civil e sem fins lucrativos, estruturada na forma do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 329, de 01 de março de 2006, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado.

São Instituidores a OAB-GO - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Goiás, CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, OAB-TO - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Tocantins, CAATO - Caixa de Assistência dos Advogados do Tocantins.

O OABPrev GO/TO tem sede e foro na cidade de Goiânia, estado de Goiás, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPrev GO/TO tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por instituidores ou patrocinadores, mediante contribuição de participantes, de empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitando a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrev GO/TO não distribui dividendos, aplica seus recursos em observância a Resolução CMN 3.792 e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

1.2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 são apresentadas pelo OABPrev GO/TO de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às EFPCs, (ITG 2001) aprovada pela Resolução CFC Nº 1.272/10 referendadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que for pertinente, a legislação específica, que compreendem as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores (PREVIC) das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

O OABPrev GO/TO apresenta mensalmente os balancetes dos planos de benefícios e de gestão administrativa, além do balancete consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela EFPC, segundo a natureza e a finalidade das transações. Os balancetes mensais são enviados ao órgão fiscalizador vide regulamentação.

Todos os valores das demonstrações contábeis estão apresentados em milhares de reais e os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas em 02 de março de 2018 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

1.3. Sumário das principais práticas contábeis

A Contabilidade do OABPrev GO/TO é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Moeda funcional de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do OABPrev GO/TO são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o fundo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ mil que é a moeda funcional da EFPC.

Mudança de práticas contábeis

O OABPrev GO/TO adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil são evidenciadas em notas explicativas quando aplicável, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

No quadro III DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS, em 2016 a alínea C foi apresentada com o saldo da conta Fundos Administrativos, enquanto a Instrução PREVIC nº 25 determina que deve ser apresentado o movimento da referida conta. Desta forma, para esta demonstração contábil, foi realizado a correção do valor.

a) Registros contábeis das contribuições de participantes

Os registros contábeis relativos as contribuições de participantes vinculados ao plano de contribuição definida são escrituradas com base no regime de caixa, de acordo com item 8.1 do anexo C da Resolução MPS/CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

b) Reconhecimento de resultados

O regime adotado para todos os registros contábeis, como receitas, despesas, adições, deduções e variações positivas e negativas, foi de Competência do Exercício, isso significa que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.

c) Imobilizado

O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

Os bens são depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens, que se baseia pela Instrução Normativa SRF nº 162 de 31 de dezembro de 1998.

A EFPC mantém controles individuais dos bens pertencentes ao Ativo Imobilizado, através de sistema eletrônico de controle patrimonial, onde estão registrados o valor e a data da aquisição, a depreciação acumulada, o valor da reavaliação, quando apropriada, o valor atualizado e a data da baixa, e efetuou

inventário físico dos bens patrimoniais.

d) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança, tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido (provável perda), observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Empresa.

A administração, baseada em relatório de seus consultores jurídicos, não identificou situação que se enquadre nas condições acima não havendo a necessidade de provisões de tais naturezas.

e) Comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios de caráter previdencial é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão.

1.4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

1.4.1 Julgamento Crítico Na Aplicação Das Políticas Contábeis Da Entidade

a) Provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa - PDCLD

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização de direitos creditórios. A política contábil para estabelecer a provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa está baseada no item 11 da Instrução Normativa Nº 34/2009 da SPC – Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social que estabelece que devem ser adotados os seguintes percentuais sobre

os valores dos créditos vencidos e vincendos:

25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;

50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;

75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da PDCLD decorrentes de contribuições previdenciais em atraso incidem somente sobre o valor das parcelas vencidas.

O valor da provisão para cobrir possíveis perdas de investimentos considerados de difícil realização, é contabilizado em conta de resultado em contrapartida à conta redutora do respectivo grupo de investimento.

A Administração do OABPrev GO/TO não identificou situações que pudessem exigir os procedimentos relacionados à constituição de PDCLD.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

O OABPrev GO/TO é parte de processos judiciais e administrativos, de modo que atualiza as necessidades de provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar tais obrigações. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As necessidades de provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em assuntos ou decisões de tribunais sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas.

2. Balanço patrimonial

2.1. Disponível

A denominação disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito. Em 31 de dezembro os saldos eram os seguintes:

	2017	2016
Banco CREDJUR	147	97
Santander	2	87
Banco do Brasil	33	68
Caixa Econômica Federal	19	17
Banco Itaú	1	24
Bancos Conta Movimento	202	293
Numerário em trânsito	1	-
Vinculado – CREDJUR cotas	23	14
Disponível	226	307

2.2. Realizável

2.2.1. Gestão previdencial

Registra os recursos a receber decorrentes de pagamento a maior na restituição de contribuições. Em 31 de dezembro os saldos eram os seguintes:

	2017	2016
Outros recursos a receber	10	10
Gestão previdencial	10	10

2.2.2. Gestão Administrativa

Registra os recursos a receber do programa de gestão administrativa junto a terceiros e apresentava os seguintes saldos:

	2017	2016
Contas a receber – adiantamento de férias	2	-
Contas a receber – adiantamento a fornecedores	1	-
Contas a receber – adiantamento a consultores	4	4
Gestão Administrativa	7	1

2.2.3. Investimentos

Conforme determina o artigo 6º da Resolução CMN nº 3.792, a gestão dos recursos de planos administrados por EFPC constituída por instituidor deve ser feita, nos termos do § 2º do art. 31, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, por meio de carteiras administradas ou de fundos de investimento.

Em 31 de dezembro o OABPrev GO/TO possuía em sua carteira, cotas de fundos de investimentos, baseados no disposto na resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.792 e suas alterações, que regulamentam os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

A composição da carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era a seguinte:

Demonstrativo Consolidado dos Investimentos

	2017	2016
Fundos de investimento	95.184	77.101
Referenciado	1.136	495
Itaú Soberano DI LP	1.136	495
Renda Fixa	7.932	5.533
BB Previdenciário RF IRF-M Título	1.948	-
Delta Crédito Privado FIC FIRF	1.915	1.936
Fi Caixa Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos	677	233
Novero FIRF Credito Privado Imobiliário	1.770	1.815
Gap Yield Fundo Investimento	513	468
Santander FIC FI Institucional Renda Fixa	1.109	1.081
Multimercado	86.116	69.181
Gap OABPREVGO/TO Fundo de Investimento	25.645	15.285
Mérito Multimercado FI	6.327	5.560
Mongeral Aegon OABPREVGO FI	20.955	16.568
TC OABPREVGO/TO Fundo de Investimento	33.189	25.530
Novero Crédito Privado FIC FIRF	-	6.238
Direitos Creditórios	-	1.892
QT IPCA FIDC Juros Real	-	1.892
Investimentos	95.184	77.101

2.3. Permanente

Registra o valor contábil de bens e direitos imobilizados e estão contabilizados ao custo de aquisição, ajustado por depreciações de acordo com a natureza e tempo de vida útil dos itens que o compõem:

	2017	2016
Computadores	6	10
Computadores – Custo	43	43
Depreciação Acumulada - (20% ao ano)	-37	-33
Sistemas Operacionais	6	-
Sistemas operacionais – Custo	7	-
Depreciação Acumulada (10% ao ano)	-1	-
Móveis e Utensílios	187	201
Móveis e Utensílios – Custo	244	237
Depreciação Acumulada (10% ao ano)	-57	-36
Máquinas e Equipamentos	62	70
Máquinas e Equipamentos – Custo	83	83
Depreciação Acumulada (10% ao ano)	-21	-13
Bens Móveis	261	281
Salas Comerciais	1.810	1.812
Custo	1.812	1.812
Depreciação Acumulada (Vida útil cfe Laudo Técnico 69 anos)	-2	-
Bens Imóveis	1.810	1.812
Operacional corpóreo	2.071	2.093
Imobilizado	2071	2.093

2.4. Exigível operacional

2.4.1. Gestão Previdencial

Registra os benefícios a pagar assumidos pelo plano de benefícios, as retenções a recolher incidentes sobre estes, os repasses a título de cobertura para custeio dos benefícios de risco contratados, e com vencimento em janeiro. Em 31 de dezembro apresentava os seguintes valores:

	2017	2016
Benefícios a Pagar	1	2
Saldo de Resgates a Pagar	1	2
Retenções a Recolher	68	88
IRRF s/benefícios renda continuada	13	7
IRRF s/Ben. Pagamento Único	55	81
Obrigações Contratadas	312	323
Mongeral Aegon Seguros e Previdência	312	323
Outras Exigibilidades	9	10
Provisão para ajuste de cotas	8	9
Outras Exigibilidades	1	1
Gestão Previdencial	390	423

2.4.2. Gestão administrativa

Registra os compromissos a pagar assumidos pela entidade, inclusive as provisões de férias dos empregados e as retenções a recolher incidentes sobre estes. Em 31 de dezembro apresentava os seguintes valores:

	2017	2016
Provisão para Férias	24	30
INSS a recolher	7	5
IRRF s/Salários a recolher	2	2
Cofins s/Receita Administrativa a recolher	2	5
Fornecedores	52	73
FGTS a recolher	2	2
TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle a recolher	2	2
PIS s/Receita Administrativa a recolher	-	1
ISS	2	2
Gestão administrativa	93	122

2.5. Exigível contingencial

A Entidade é polo passivo em quatro processos judiciais. De acordo com a Resolução CFC nº 1180/2009, os assessores jurídicos classificam os quatro processos, no montante de R\$ 174 mil, como probabilidade de perdas possíveis. O referido montante não está reconhecido nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.6. Patrimônio social

2.6.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado de Goiás (Adv-PREV) (CNPB 2006000829).

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e o próprio OABPrev GO/TO. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer, evidenciados no quadro VII - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios, de acordo com nota técnica atuarial e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

	2017	2016
Benefícios Concedidos	8.602	7.811
Benefícios a conceder	85.208	68.302
Provisões Matemáticas	93.810	76.113
Patrimônio de Cobertura do Plano	93.810	76.113

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, foram realizadas avaliações atuariais em todos os planos de Benefícios

Previdenciais, por pessoas jurídicas legalmente habilitadas e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial.

O regime financeiro para financiamento do plano de benefícios é o de capitalização.

Apresenta-se a seguir, a descrição das rubricas que compõem as provisões matemáticas:

Benefícios concedidos

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada.

Benefícios a conceder

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

As provisões matemáticas são determinadas por atuário independente Altair Doerner Hoepers, MIBA nº 774, contratado pela EFPC. Os valores registrados nestas rubricas constam do Demonstrativo dos Resultados de Avaliação Atuarial (DRAA) e parecer elaborado pelo atuário e encontra-se em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Premissas atuarias

Para a avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e atuarias:

	2017	2016
A. Econômicas		
Taxa real de juros	5,0% a.a	5,0% a.a
B. Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 - F	AT-2000 – F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 – F	AT-2000 – F

2.6.2. Fundos administrativos

Registra o fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

	2017	Consti- tuição	2016
Fundos Administrativos	3.205	348	2.857
Plano de Gestão Administrativa	3.205	348	2.857
Fundos	3.205	348	2.857

Para fins de consolidação das demonstrações a Participação no Plano de Gestão

16

Administrativa (PGA) é eliminada por meio do Balancete de Operações comuns, assim o somatório das contas patrimoniais do Plano de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa deve ser deduzido do saldo do Fundo Administrativo:

Conta contábil	Plano de Benefícios	2017	2016
1.2.1.9.01	Cobertura de Despesa Administrativa – ADV-PREV	41	41
1.2.1.9.01	Cobertura de Despesa Administrativa – operações comuns	-41	-41
1.2.1.9	Cobertura de Despesa Administrativa – Consolidado	-	-
1.2.2.3.01	Participação no PGA - ADV-PREV	3.205	2.857
1.2.2.3.01	Participação no PGA - operações comuns	-3.205	-2.857
1.2.2.3	PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-
2.1.2.9.05	OUTRAS EXIGIBILIDADES- Recursos Previdenciais - PGA	41	41
2.1.2.9.05	OUTRAS EXIGIBILIDADES- Previdenciais – operações comuns	-41	-41
2.1.2.9	OUTRAS EXIGIBILIDADES- Recursos Previdenciais – consolidado	-	-
2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo PGA	3.205	2.857
2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo PGA - operações comuns	-3.205	-2.857
2.3.2.2.02	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA EFEITO DA CONSOLIDAÇÃO	-	-

3. Resultado das operações

3.1. Gestão previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas. Num plano instituído de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, por meio da constituição ou reversão de provisões matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

Cálculo da taxa de juros atuarial para o exercício de 2018

A Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, com suas posteriores alterações (item 18 do Anexo), confirmada pela Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015 (§1º do artigo 6º), estabelece que o plano que apresente benefício com características de Contribuição Definida e utilize taxa de juros real anual nos cálculos de seus benefícios deve adotar taxa real de juros anual dentro do intervalo estabelecido conforme item 4.2 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, considerando a duração do passivo de 10 (dez) anos. Neste sentido, a taxa de juros parâmetro de que trata o artigo 5º da Instrução PREVIC nº 19/2015 para a duração do passivo de 10 (dez) anos, observando a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, segundo a Portaria PREVIC nº 375, de 17/04/2017, é de 6,26% a.a., sendo o limite inferior do intervalo de 4,38% a.a. e o limite superior de 6,66% a.a.

A Política de Investimento aprovada para o ano de 2018 apresenta que, os

objetivos de rentabilidade devem ser fixados sempre tendo em vista o entendimento de que a meta estratégica das entidades de previdência é garantir, no longo prazo, o pagamento de benefícios aos participantes e assistidos. Para o exercício de 2018, a Entidade fixou como objetivo de rentabilidade a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 5% ao ano (INPC+5%), estando este em acordo com a citação no item 3.3 do Relatório de Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais ETAH 07/2017.

Ajuste de precificação dos Títulos Públicos Federais

O ajuste de precificação dos Títulos Públicos federais previsto na Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014, Instrução MPS/PREVIC/DC nº 19 de 04 de fevereiro de 2015 e Portaria PREVIC nº 708 de 22 de dezembro de 2015 não se aplica ao Plano por ser plano de Contribuição Definida, e como tal não apresentaram superávit ou déficit.

3.2. Plano de gestão administrativa

O custeio das despesas administrativas do OABPrev GO/TO teve como fontes de recursos os valores correspondentes ao custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

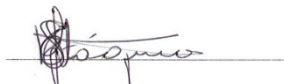
As despesas necessárias à Administração da Entidade são registradas pelo plano de gestão administrativa de acordo com a natureza, e o critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto por meio de rateio entre os programas. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

3.3. Fluxo de Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

4. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.



Enil Henrique de Souza Neto
Diretor Presidente
CPF: 994.819.951-00
Certificado ICSS Investimentos EI05811
Certificado ICSS ADM EA03227

Keila Cristina Eustáquio
Diretora Administrativo-Financeira
CPF: 972.778.351-15
Certificado ICSS ADM EA03941





Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios
CPF: 942.085.571-68
ICSS ADM EA05250

João Laercio de Amorim
Contador CRC-SC 017.046-O-2
CPF 495.578.319-87